

A PESQUISA EM CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR E SUA ADERÊNCIA NA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Kelly Soares ¹

Regiane de Souza Piva²

Jader Alexandre Rocha ³

Valmor Reckziegel ⁴

RESUMO

O presente estudo buscou analisar se as entidades sem fins lucrativos – terceiro setor do município de Cascavel-PR, se utilizam da contabilidade na sua prestação de contas e como forma de auxílio na gestão. Foi averiguado se essas se utilizam da contabilidade no seu dia-dia, e para quais finalidades utilizam os demonstrativos obrigatórios à classe, o estudo desenvolveu-se através de questionários aplicados em uma amostra de entidades do terceiro setor da cidade. Os resultados obtidos evidenciaram que das entidades em estudo, todas se utilizam das ferramentas da contabilidade na gestão, e como forma de evidenciação de transparência, e da escrituração contábil como forma de controle e cumprimento de normas. Em relação aos demonstrativos que são obrigatórios às instituições sem fins lucrativos os mesmos são apresentados de forma precisa. A contabilidade nestas instituições não só é tratada como forma de auxílio na prestação de contas ou na gestão, mas também como forma de cumprimento de normas e exigências seja da sociedade, ou no próprio governo

Palavras-chave:Contabilidade. Terceiro-setor. Prestação de contas. Demonstrações contábeis. Gestão.

ABSTRACT

The present study sought to analyze whether non-profit entities - third sector of the municipality of Cascavel-PR, use accounting in their rendering of accounts and as a form of assistance in management. It was investigated whether these are used in day-to-day accounting, and for which purposes use the mandatory statements to the class, the study was developed through questionnaires applied in a sample of entities of the third sector of the city. The results showed that all of the entities under study are using the tools of accounting in management, and as a means of disclosure of transparency, and accounting bookkeeping as a form of control and compliance with standards. Regarding the statements that are mandatory for non-profit institutions, they are presented in a precise way. Accounting in these institutions is not only treated as a form of assistance in the rendering of accounts or in management, but also as a way of complying with norms and requirements whether in society or in the government itself.

Keywords:Accounting. Third sector. Accountability. Accounting statements. Management.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis (UNIVEL)

²² Professora, Mestre em Contabilidade e Controladoria (UNIVEL)
regipiva@yahoo.com.br.

³³ Professor, Mestre em Administração (UNIVEL)

⁴ Professor, Doutor em Administração (UNIOESTE)

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, notadamente há um crescimento de um segmento produtivo que não encontra classificação no setor primário tão pouco no secundário, conhecida como “terceiro setor”. Essa classificação sugere que os dois primeiros destacados, explicando: o primeiro setor, aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas que corresponde às ações do Estado e o segundo setor, correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio.

O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual se incluem organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos, (COSTA; VISCONTI, 2001)

Segundo Olak; Nascimento (2008), as organizações sem fins lucrativos vêm desempenhando funções cada vez mais amplas e relevantes na sociedade moderna. O crescimento do terceiro setor torna-se mais perceptível e pode ser explicado pela deficiência do setor público, gerando uma crise que reduz a destinação de recursos para diversas áreas sociais, pela conscientização da população quanto a esta deficiência e crise, fazendo com que o trabalho voluntário evolua-se, e pela conscientização do setor privado com a responsabilidade social, fazendo com que muitas empresas desse setor destinem recursos para as organizações sem fins lucrativos, em forma de doação e execução de projetos sociais.

Para Thompson (2005) os recursos empregados nas empresas de terceiro setor são provenientes de doações, projetos, programas sociais, convênio e parcerias sendo estes recursos recebidos de empresas privadas e de verbas do governo.

Após esses recursos serem recebidos deve se ter por parte das empresas a prestação de contas de onde esse recurso foi empregado e para isso as instituições precisam se utilizar de métodos contábeis para demonstrar a destinação e emprego desses recursos. Tais demonstrações devem ser apresentadas com clareza e transparência, pois é através desses

demonstrativos que as empresas e órgãos que fizeram a destinação do dinheiro podem ter um controle de onde seu dinheiro e doações estão sendo empregados e desta forma para ambos o imperativo da transparência.

Considerando a necessidade apresentada pelos autores de prestação de contas, tanto sob o aspecto legal como também o gerencial, forma-se nesse ambiente um cenário propício para aplicação em grande medida dos instrumentos da contabilidade que busca no desenvolvimento de suas práticas atenderem também esse negócio.

Há de se considerar também que nem sempre a evolução teórica acompanha a sua aplicabilidade prática, onde estudos na área tem destacado a baixa aderência de novas práticas de contabilidade frente às necessidades requeridas pelas empresas. Nesse contexto, portanto, o presente o estudo tem a seguinte questão problema: Como as entidades de terceiro setor localizadas na cidade de Cascavel-PR se utilizam das ferramentas da contabilidade em sua gestão?

Para responder este problema, o objetivo proposto para esse estudo foi: pesquisar o uso das ferramentas da contabilidade do terceiro setor em empresas sediadas na cidade de Cascavel-PR.

Segundo Cunha (2008) estudar o terceiro setor pode significar uma busca em uma área de conhecimento relativamente nova no Brasil. Pois, estudos, teorias e modelos de administração para essas organizações ainda não são tão comuns.

Pelos motivos apresentados, justifica-se o estudo dos instrumentos da contabilidade financeira e gerencial aplicadas a esse segmento econômico. Espera-se desta forma contribuir com posteriores pesquisas, com usuários da contabilidade em entidades do terceiro setor e com a sociedade em geral

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção foi feita uma breve revisão bibliográfica a respeito do tema contabilidade do terceiro setor, abordando primeiramente a contabilidade, em seguida o terceiro setor e os

seus desafios, demonstrações contábeis e transparência na prestação de contas (accountability).

2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo e seu papel social é planejar e colocar em prática um sistema de informações para organização seja ela com ou sem fins lucrativos. Ela busca ainda, prover os usuários com informações econômico financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações, utilizando-se de registros, demonstrações, análises e diagnósticos expressos sob a forma de relatórios e pareceres.

Uma das facetas da contabilidade é a análise das demonstrações contábeis, também conhecida como análise de balanços ou análise das demonstrações financeiras, que surgiu e se desenvolveu dentro do sistema bancário que foi, e ainda é, uma das mais eficientes ferramentas da contabilidade. (COAN; MEGIER, 2010).

O campo de atuação da contabilidade assim como seu objetivo, é o patrimônio de toda e qualquer entidade, ela acompanha a evolução do patrimônio. Segundo Ludicibus et al (2009) é importante salientar que a entidade, para a contabilidade pode se tratar de pessoa jurídica ou pessoa física e que o acompanhamento das variações do patrimônio de uma sociedade por ações de capital aberto merece interesse por parte da contabilidade, da mesma forma que o patrimônio individual de um de seus sócios. A entidade pode ser privada ou pública, de finalidades lucrativas ou não.

Coan; Megier (2010) evidenciam que a contabilidade se faz importante nas entidades de terceiro setor, pois, como as entidades recebem recursos públicos e privados, é necessário fornecer aos seus usuários informações e relatórios contábeis que evidenciem as operações realizadas pelas organizações. A contabilidade também atua como suporte a tomada de decisão e permite que os registros feitos sejam realizados de forma clara e consistente, de modo a possibilitar o cumprimento das exigências legais.

2.2 Terceiro setor

O termo Terceiro Setor surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 para designar as entidades que estavam se proliferando naquele país com finalidades voltadas à filantropia e sem relação com o Estado nem com empresas privadas. (GARCIA, 2005).

A ideia de terceiro setor aplica-se mais para delimitar um tipo de atuação diferenciada das instâncias de governo e de mercado, mas que, embora com a mesma característica legal, é composto por um conjunto de instituições bastante diferentes quanto à filosofia de atuação, dimensões, temáticas e formas de intervenção.

O terceiro setor abrange um amplo leque de entidades, esse termo vem sendo utilizado paralelamente a outras expressões relacionadas, como setor de caridade, setor independente, setor voluntário, setor isento de impostos, economia social, organizações não governamentais (ONGS), setor sem fins lucrativos, organizações filantrópicas, organizações da sociedade civil, entre outras, o que resulta numa multiplicidade de termos presentes na literatura nacional e internacional. (FALCONER, 1999).

As entidades sem fins lucrativos visam objetivos sociais ao invés de vantagens econômicas, uma vez que visariam o bem-estar da sociedade, entendem-se como componentes do Terceiro Setor as organizações que tenham uma clara atuação social, em uma das suas mais diversas formas e que não tenham fins lucrativos, isto é, direcionam todo o superávit de suas operações para a própria organização.

Visando delinear as organizações do Terceiro Setor, os estudiosos na área se debruçam entre as mais variadas teorias; ora reforçando uma característica específica, ora trazendo novos pontos de vistas que contribuem com o debate da questão. Contudo, como as definições sobre o Terceiro Setor ainda são um pouco vagas, as organizações que o compõem são, em sua maioria, denominadas por nomes que as definem por negação e por oposição: organizações não governamentais ou sem fins lucrativos. (FALCONER, 1999).

Para a regulamentação do terceiro setor, o Conselho Federal de Contabilidade -CFC- elaborou normas para orientar os procedimentos contábeis das entidades sem fins lucrativos, proporcionando transparência nas ações desenvolvidas por ela. Essas normas são

regulamentadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), aprovadas pela resolução CFC nº 877/00, de 18 de abril de 2000.

2.3 Desafios do terceiro setor

O terceiro setor como já observado anteriormente surge a partir de uma lacuna deixada pelos outros dois setores já existentes, o governo e as empresas privadas com fins lucrativos. Diante disso vem desenvolvendo um papel importante diante da sociedade.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo setor é a obtenção de recursos necessários para sua continuidade. Para Vilanova (2004) as organizações de terceiro setor parecem estar passando por uma crise de sustentabilidade, tendo que garantir de forma continuada os recursos necessários para desenvolver suas atividades.

E essas dificuldades surgem por meados dos séculos 80, quando houve um crescimento repentino desse setor, e entidades que deveriam promover a filantropia passam a praticar fraudes com os recursos e proventos obtidos.

Segundo Vilanova (2004) observa-se no Brasil a multiplicação de organizações do terceiro setor. Algumas apresentam objetivos duvidosos ao praticarem abusos e fraudes. E está se torna a grande dificuldade no processo de arrecadação de recursos.

Falconer (1999) ressalta que ouve, simultaneamente ao discurso que idealiza o setor, que estas entidades são mal geridas, excessivamente dependentes, amadoras e assistencialistas em sua atuação, e, por vezes, sujeitas a motivações pouco filantrópicas, para não dizer criminosas.

Em muitas de suas vezes em vez dos meios de comunicação divulgar os projetos, ações e voluntariados desenvolvidos pelas entidades fins lucrativos ressaltam o outro lado que é o das fraudes, roubos, desvios de recursos que podem ocorrer em qualquer tipo de instituição, mas por se tratar do terceiro setor acabam ganhando mais visibilidade pois seus recursos e proventos são oriundo de terceiros que pode se tratar tanto do governo, entidades e empresas privadas ou da própria sociedade em geral.

As entidades sem fins lucrativos têm sido submetidas a sérias contestações sobre seus resultados, não somente pelo número recente de escândalos, mas também pelo crescimento das dúvidas sobre sua eficiência e eficácia. (SALOMON, 1997).

As entidades sem fins lucrativos assim como as entidades convencionais também deveria ter a preocupação de informar os seus resultados, mas ao contrário das empresas privadas que demonstram seus resultados de forma assídua e clara para seus investidores e sócios as entidades de terceiro setor demonstram seus resultados para as entidades e pessoas que repassaram os recursos. Para Vilanova (2004) nesse cenário, a sobrevivência das organizações bem intencionadas em suas finalidades é assegurada pela prática da transparência em suas ações.

2.4 Demonstrações contábeis

Para Coan; Megier (2010) o relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Ele objetiva relatar as pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. Também conhecidos como informes contábeis, distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios.

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como demonstrações financeiras. São exigidos na totalidade para as sociedades anônimas e parte deles entendida a outros tipos societários, por meio de imposto de renda.

Os relatórios contábeis não obrigatórios, evidentemente, são aqueles não exigidos por lei; o que não significa que são menos importantes. Há relatórios não obrigatórios imprescindíveis para a administração.

O balanço patrimonial é a peça contábil que retrata a posição, (saldo) das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de receita e despesas também serem executados.

Iudicibus et al (2009) ainda ressaltam que o balanço patrimonial é a mais importante demonstração contábil de “posição” das contas num determinado momento. O balanço

patrimonial faz parte dos relatórios de posição que representam a posição da entidade em determinado momento no que se refere a suas contas e o balanço patrimonial no caso pode ter detalhamento de grupos como bancos, valores a receber, imobilizados, etc.

A demonstração do resultado é a expressão máxima juntamente com o balanço patrimonial, da evidenciação contábil emanada da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, tudo obedecendo aos princípios fundamentais de contabilidade, prioritariamente a competência.

Para Iudicibus et al (2009) a demonstração do resultado ao contrário do balanço patrimonial pode ter um poder mais preditivo, pois o balanço alinha os saldos das contas num determinado momento, sendo mais indicado a se avaliar uma situação estática, ao passo da demonstração do resultado refere-se a um período e descreve suas causas do aparecimento de determinado resultado,

No que diz a respeito à demonstração das mutações do patrimônio líquido, ela abrange a demonstração de lucros ou prejuízos. Na qual segundo Iudicibus et al (2009) fornece indicações importantes para os usuários sobre as movimentações internas das contas de patrimônio líquido, além da movimentação da conta de lucros ou prejuízos acumulados, que podem ser uteis para discernir o estilo da entidade, no que se refere aos aumentos de capital, dividendos, constituições e reversão de reservas, propostas de distribuição de lucros, tipo de reservas criadas e etc.

A demonstração do fluxo de caixa por sua vez constitui em fluxos financeiros, por refletir nas movimentações de dinheiro ocorridas nas entidades. A DFC propicia na elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorra excesso no caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite que se saiba quando buscar empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos. (IUDICÍBUS et al 2009).

A demonstração do valor agregado DVA surge a partir da Lei 11.638/07 a qual deve gerar além de informações econômico-financeiras, informações sobre responsabilidade social.

A DVA é uma vertente do balanço social que está em maior evidência, e atende necessidade de informações sobre a riqueza gerada e a forma de sua distribuição, apesar de pouco difundida pelos usuários da contabilidade. Santos (2003) acredita que em pouco tempo o balanço social, em todas as vertentes, também se torne obrigatório, pois é peça fundamental para a divulgação de informações sociais, ambientais e econômicas a sociedade.

As demonstrações contábeis exercem papel essencial para a prestação de contas de entidades sem fins lucrativos, a qual devem apresentar seus resultados e destinação dos recursos às entidades e empresas que fizeram a destinação do recurso. Se incentiva para que as entidades além das demonstrações exigidas apresentem também informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho da entidade e sobre administração e alocação de recursos, como, indicadores de desempenho, demonstrativos dos serviços prestados, revisões de programas e outros relatórios da gestão sobre as realizações da entidade durante o período evidenciado.

A Resolução CFC nº 1409/2012 – Entidade Sem Fins Lucrativos - conhecida como ITG 2000, [...] estabelece critérios e os procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades sem finalidade de lucros são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

Slomski et al (2012) ressaltam que a estrutura de contabilidade para o terceiro setor, compreende a demonstração da posição financeira (balanço patrimonial), demonstrações do desempenho financeiro (demonstrações do resultado do exercício) demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração orçamentaria, notas explicativas e demonstração de origens e aplicações de recursos, por força da legislação vigente e relacionada ao setor.

As mesmas têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A NBC T 10.19 determina que, na preparação das demonstrações contábeis, as contas de Capital Social e Lucros ou Prejuízos Acumulados deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e Superávit ou Déficit do Exercício.

Mesmo existindo características específicas que diferenciam as instituições sem fins lucrativos das empresas, a legislação exige daquelas entidades a elaboração de demonstrações contábeis que utilizem a mesma estrutura, terminologia e conteúdo usado pelas empresas. (OLAK; NASCIMENTO, 2000).

As diferenças existentes entre as instituições que compõem o mercado (empresas) e as que formam o setor sem fins lucrativos fazem com que os gestores de organizações do Terceiro Setor necessitem adaptar as ferramentas gerenciais, dentre elas as demonstrações contábeis, para atender às peculiaridades do ambiente no qual essas organizações estão inseridas. (CAMPOS, 2003).

Além das demonstrações terem papel fundamental no auxílio da prestação de contas são grandes aliadas no auxílio a gestão das entidades de terceiro setor, auxiliam de realizar um planejamento até a hora da execução. Ter um entendimento das demonstrações para os gestores e administradores dessas entidades também é de grande importância, desta forma se aproveitaram dessas ferramentas para a obtenção de recursos.

2.5 Transparência na prestação de contas ou Accountability

Prestação de contas efetivas e transparentes são os desafios do milênio para todos os tipos de Organização, visto que, cada vez mais há disputa pela confiabilidade e credibilidade em qualquer que seja o nicho de atuação. Este princípio, importado das práticas de mercado caem para as Organizações do Terceiro Setor como uma premissa básica a ser cumprida em busca da credibilidade face aos beneficiários.

Para Olak; Nascimento (2008) prestação de contas é o conjunto de documentos e informações elaborados e apresentados pelas entidades de interesse social aos órgãos e autoridades interessados para que as contas e a gestão dessas entidades sejam julgadas

conforme as competências de cada órgão e autoridade no período estabelecido em seu estatuto social ou na lei.

As entidades do Terceiro Setor devem buscar a maior transparência possível no que se refere a sua gestão e a sua prestação de contas, sejam eles ao seu conselho fiscal ou aos seus colaboradores, voluntários, usuários ou aos órgãos públicos competentes.

Baptista (2006) afirma que a transparência na prestação de contas tem por finalidade promover a aproximação das entidades do Terceiro Setor aos diferentes públicos aos quais se destinam suas atividades, já que “hoje em dia, não se trata mais de uma simples questão de capitanear pessoas para uma determinada causa”, mas de buscar, aliar recursos humanos, materiais e financeiros em prol de causas sociais.

Olak; Nascimento (2008) ainda ressalta que a falta de transparência, algumas vezes, proposital, no sentido de “encobrir” escândalos envolvendo alguns gestores inescrupulosos, mal-intencionados, que se aproveitam da frouxidão da nossa legislação usufruindo dos benefícios fiscais. Seja ela transparente, clara ou fraudulenta a prestação de contas para as entidades dos terceiros setores é algo primordial para se obter recursos e benefícios para o seu funcionamento.

Conforme França (2007), a transparência no Terceiro Setor parte do pressuposto de que os recursos colocados à disposição dos gestores devem ser informados de forma sistemática, transparente e de livre acesso por parte de seus financiadores.

Uma forma de fiscalização das organizações do Terceiro Setor é a prestação de contas que tais entidades devem apresentar anualmente com a finalidade de atender a determinados requisitos que as credenciam a receber recursos estatais e até mesmo privados para o desenvolvimento de suas atividades.

Para a conscientização tanto por parte da sociedade quanto por parte das referidas entidades sobre a importância da transparência na gestão dessas organizações é primordial ao aumento da destinação de recursos e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Uma prestação de contas eficaz, ainda cabe pontuar o tratamento equitativo, promovendo o mesmo grau de importância entre os todos os interessados, sejam as organizações pares, os parceiros, os financiadores, os doadores, os governos, os membros e a comunidade, valorizando cada um por suas ações e comprometendo todos com os sucessos ou possíveis fracassos da entidade, mantendo sua legitimidade, eficiência e boa reputação. (CASAS; LLOYD 2005).

Com uma prestação de contas bem elaborada e confiável entidades de terceiro setor apresentam os seus resultados de forma a passar credibilidade e confiança para seus doadores e financiadores, de forma a conquistar mais recursos desta forma otimizando seus resultados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho abrangeu a pesquisa descritiva quanto a seus objetivos a qual na concepção de Gil (1999), tem como principal objetivo descrever características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas de coleta de dados. Andrade (2002) ainda destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sendo que o pesquisador não interfere neles.

Quanto à abordagem do problema foi abordada a pesquisa qualitativa a qual concebe análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Richardson (1999) destaca que a abordagem qualitativa, não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, e que a abordagem qualitativa pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social. Caracterizou-se também como uma pesquisa quantitativa, que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estáticos seja na coleta ou no tratamento dos dados, este tipo de estudo foca mais no acontecimento geral dos acontecimentos, Richardson (1999) afirma que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estáticas, desde as mais simples como, percentual,

media desvio padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

A amostra foi delimitada por empresas do terceiro setor localizadas no município de Cascavel-PR, que responderam um questionário em relação aos métodos e procedimentos contábeis utilizados pela entidade, questionário que para Gil (1999) é uma técnica de investigação composta por um número mais o menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas. O questionário deve ser claro e limitado, deve também estar acompanhado de notas que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem sua importância e necessidade das respostas, a fim de motivar o informante.

4 RESULTADOS

Nesta seção foi apresentada a análise dos dados e os resultados da pesquisa, obtidos através dos questionários.

Conforme questionários aplicados nas entidades de terceiro setor localizadas no município de Cascavel-PR, dos 61 (sessenta e um) questionários coletados apontaram uma faixa etária dos administradores e presidentes entre 20 a 50 anos, o grau de escolaridade é de aproximadamente de 2% para os que concluíram o ensino fundamental para os que possuem o ensino médio é de cerca de 31%, para os que concluírem o ensino superior em cursos como administração, serviço social, teologia, psicologia, ciências contábeis e outros alcança os 59%, e o que possuem pós graduação é 8%.

Verificando o tempo de atuação das entidades podemos analisar que 12% das instituições estão atuantes a menos de 02 anos, as que existem de 02 a 05 anos representam 26% da amostra, 31% as que atuam entre 06 a 10 anos e as que estão ativas a mais de 10 anos significam 31% das entidades entrevistadas.

Dos 61(sessenta e dois) questionários aplicados, 68% dos seus administradores consideraram o item planejamento e controle, como muito importante, enquanto 30% da mesma amostra o classificarem-no como importante e 2% como moderadamente importante,

itens como prestação de contas e transparência foram considerados como muito importantes por 59% dos administradores e presidentes das entidades da mesma amostra 31% o consideraram o como importante e 10% com um grau de importância moderado, no que diz respeito à avaliação do desempenho financeiro 57% o elegeram como muito importante 33% como apenas importante cerca de 10% com um grau de importância moderado, ainda dos 61(sessenta e um) questionários, 56% deles consideraram muito importante o item avaliação do desempenho dos recursos humanos, 34% como importante e 10% como moderadamente importante.

De acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística no ano de 2013, a cidade de Cascavel possui 912 (noventas e doze) entidades sem fins lucrativos com registro ativo.

Tais entidades estão distribuídas da seguinte forma, 13 (treze) entidades voltadas a área da saúde, 51(cinquenta e uma) na área da cultura e recreação, 152 (cento e cinquenta e duas) entidades na área da pesquisa e educação, 42 (quarenta e duas) entidades na área de assistência social, 137 (cento e trinta e sete) entidades religiosas, 110 (cento e dez) entidades entre partidos políticos e sindicatos, 02 (duas) entidades na área de meio ambiente e proteção aos animais, 34 (trinta e quatro) entidades na área de desenvolvimento e defesa dos direitos e 371 (trezentos e setenta e uma) classificadas como entidades privadas.

Destas 912(novecentas e doze) entidades, 100 (cem) foram selecionadas para a pesquisa, destas entidades selecionadas 61 (sessenta e um) responderam os questionários que foram enviados via correio eletrônico (e-mail) e pessoalmente, os questionários começaram a ser enviados e distribuídos, com um prazo médio de um mês para retorno dos e inclusão na pesquisa levando em conta que os questionários passaram a ser enviados em 20/08, tendo como recebimento de retorno a data de 20/09, levando em consideração para fins da pesquisa recebimento limite até 30/09.

Após o perfil dos respondentes, foi questionado sobre o uso de sistemas de procedimentos de dados nas entidades. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 1- Uso de sistemas de dados nas entidades do terceiro setor.

USO DE SISTEMAS DE DADOS	Quantidade	%
Não possui sistemas informatizados	05	8%
Planilhas e editores de texto	30	49%
Sistemas individualizados	23	38%
Sistemas integrados de processamento de dados	03	5%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela acima pode ser observado que quase metade da amostra, 49% ainda faz uso de planilhas e editores de textos como forma de registro de suas operações, e que apenas 5% dos entrevistados se utilizam de sistemas integrados de processamento de dados. Na mesma amostra temos 8% dos respondentes que ainda não se utilizam de sistemas informatizados, fazendo uso de planilhas de fluxo de caixa, entrada e saída e outros relatórios e controles que são feitos manualmente. Dos respondentes 38% fazem uso de sistemas individualizados os quais tem um alto grau de confiabilidade, gerando informações precisas e adequadas tanto para os gestores, doares de recursos e para a própria contabilidade.

Após apresentar o uso dos sistemas, foi questionado sobre o planejamento econômico e financeiro. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 2- Planejamento econômico e financeiro.

PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO	Quantidade	%
Sim, fazem o planejamento.	37	61%
Não fazem planejamento	02	3%
Às vezes apenas fazem o planejamento	22	36%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela acima dos respondentes 3% nunca fizeram planejamento da entidade. Por outro lado 61% dos respondentes fazem uso do planejamento econômico e financeiro como forma de controle e gestão. Da amostra analisada 36% revelam que se utilizam do planejamento às vezes, ou seja, somente para determinados casos e situações.

Após análise do planejamento econômico e financeiro, foi questionado a respeito das bases em que o planejamento é feito. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 3-Base para o planejamento.

BASE PARA O PLANEJAMENTO	Quantidade	%
Informações geradas pela contabilidade	06	10%
Informações da contabilidade e outros relatórios	27	44%
Apenas em relatórios internos	20	33%
Na experiência do gestor	08	13%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela representada acima, 44% dos respondentes se baseiam nas informações geradas pela contabilidade e em relatórios internos para realizar o seu planejamento. Da amostra 33% das entidades confiam nos relatórios internos como forma de base de planejamento. Dos respondentes 10% se utilizam das informações geradas pela contabilidade na hora de tomar decisões a respeito do planejamento. Existem ainda 13% dos respondentes que confiam apenas na experiência do gestor na hora de se planejar.

Foi questionado sobre o uso de serviços auxiliares, que auxiliam na gestão da entidade. As respostas estão evidenciadas na tabela abaixo.

Tabela 4- Serviços auxiliares a gestão das entidades.

SERVIÇOS AUXILIARES A GESTÃO	Nunca utilizaram	Utilizaram	Utilizam	Utilizarão
Consultoria empresarial	70%	25%	3%	2%
Consultoria Jurídica	65%	30%	3%	2%
Consultoria contábil	67%	25%	6%	2%
Outras consultorias	76%	19%	3%	2%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos respondentes 70% nunca fizeram uso de consultoria empresarial como forma de auxílio na gestão ou na tomada de decisão, 25% já se utilizou desse recurso como forma de serviço auxiliar, da amostra 3% utiliza dessa ferramenta e apenas 2% pensam em se utilizar da consultoria empresarial como forma de serviço auxiliar.

Da mesma amostra 65% nunca se utilizaram e se utilizarão da consultoria empresarial como forma de auxílio a sua gestão, 30% já se utilizaram desse recurso ao longo do tempo, dos respondentes 3% ainda se utilizam da consultoria jurídica como forma de auxílio na gestão e na tomada de decisão, 2% ainda planeja em se utilizar dessa ferramenta como forma de auxílio a gestão.

Quanto à consultoria contábil, 67% dos entrevistados nunca se utilizam dessa ferramenta ou pretendem se utilizar em curto prazo, 25% já fez uso da consultoria contábil, e não se utiliza mais da mesma, uma parcela de 6% da amostra ainda se utiliza da consultoria contábil na hora de planejar, administrar e tomar decisões, 2% dos entrevistados querem ou planejam se utilizar da consultoria contábil em sua gestão.

Existem ainda outras consultorias que variam e são bem particulares a cada entidade e tipo de serviço que ela presta no que diz respeito a outras consultorias 76% nunca se utilizaram ou pretendem se utilizar delas, 19% já fez uso das mesmas em determinado momento da gestão, dos respondentes 3% ainda de utiliza dessas ferramentas como forma de auxílio a sua gestão, 2% das entidades entrevistadas ainda esperam se utilizar de tais consultorias mais voltadas a sua área de atuação.

Sobre os meios de comunicação que são utilizados na transparência e na prestação de contas. As respostas estão evidenciadas conforme tabela seguir

Tabela 5- Divulgação da transparência na prestação de contas

DIVULGAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA	Quantidade	%
Relatórios para os doadores	19	31%
Comunicação verbal	18	30%
Quadro de avisos	27	44%
Meios eletrônicos (internet)	23	23%
Jornais ou boletins internos	12	20%
Relatórios contábeis	18	30%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela acima, dos respondentes 31% se utilizam de relatórios destinados a seus doadores e financiadores como forma de prestar contas sobre a sua transparência e a respeito da alocação de recursos recebidos. Das entidades estudadas 30% optam pela comunicação verbal diante de seus colaboradores, doadores e voluntários na hora de demonstrar seus resultados. Da amostra 44%, opta por demonstrar seus resultados em quadro de avisos, que facilita o entendimento e fica a disposição de todos. A internet também funciona ferramenta na divulgação da transparência 23% dos entrevistados aderiram os meios eletrônicos como forma de divulgar sua transparência, na qual direcionam aos mais

interessados e a quem realmente precisa das informações. Ainda existe uma parcela de 20% da amostra que usam jornais e boletins internos da própria entidade para demonstrar seus resultados. E 30% usam os próprios relatórios contábeis, disponibilizados pela contabilidade a fim de demonstrar a sua transparência perante a sociedade.

Após análise dos meios de divulgação da transparência da entidade, foi questionado sobre os motivos que levam as entidades a prestar contas. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir

Tabela 6- Motivos que levam a prestação de contas

PRESTAÇÃO DE CONTAS	Quantidade	%
Cobrança de doares	17	28%
Atendimento de normas	41	67%
Busca espontânea de transparência	03	5%

Fonte: Dados da pesquisa

A prestação de contas no terceiro setor está atrelada a captação de recursos, ao prestar contas a seus doares e financiadores as entidades comprovam sua transparência na alocação dos recursos. Conforme tabela acima, 67% da amostra apontam que o principal motivo que os levam a prestação de contas é o atendimento de normas. Por outro lado 28% da amostra prestam contas devido à cobrança de doadores e financiadores, que fazem a destinação dos recursos. E por fim 5% prestam contas em busca espontânea de transparência, e satisfação da própria entidade.

Após análise dos motivos que levam a prestação de contas, foi questionado a respeito de quem elabora a contabilidade da entidade. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 7- Elaboração da contabilidade.

CONTABILIDADE DA ENTIDADE	Quantidade	%
Contador interno	01	2%
Contador voluntario	25	25%
Escritório, terceirizado	45	73%

Fonte: Dados da pesquisa

Das 61 (sessenta e uma) entidades estudadas todas fazem uso da escrituração contábil como forma de controle e cumprimento de regras e normas. Dos respondentes 2% apenas possuem um contador interno que desempenham as atividades dentro da própria entidade. Uma parte da amostra, 25% possuem um contador voluntario que realiza a escrituração atendendo as normas e obrigações impostas pela lei, porem não cobram pelo serviço. Mais da metade da amostra, 73% possuem um escritório terceirizado que realiza todo o trabalho fiscal e contábil.

Ao analisar como a contabilidade da entidade é realizada, foi questionado a respeito da finalidade das informações contábeis. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 8- Finalidade das informações.

FINALIDADE DAS INFORMAÇÕES	Quantidade	%
Fins fiscais	28	46%
Fins de controle	10	16%
Prestação de contas/ doadores	48	48%
Avaliação do desempenho	2	3%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela acima 46% dos respondentes se utilizam das informações contábeis para fins fiscais, ou seja, apenas para cumprir as regras e normas impostas pela lei que rege este tipo de entidade. Uma parcela de 16% utiliza as informações como forma de controle diante de seu desempenho. Da mesma amostra 48% faz uso das informações contábeis como forma de auxílio na prestação de contas a seus doadores e financiadores, assim tendo resultados mais confiáveis e melhor estruturados a serem apresentados. Existem ainda 3% da amostra que se utiliza das informações contábeis para medir seu desempenho como forma de avaliação.

Após análise de como a entidade faz uso das demonstrações contábeis, foi questionado a respeito dos relatórios contábeis utilizados pelas entidades. As respostas estão evidenciadas na tabela a seguir.

Tabela 9- Demonstrações elaboradas pela instituição.

RELATÓRIOS OBRIGATORIOS	SIM	NÃO	DESCONHECE
Balanço patrimonial - BP	73%	27%	0%
Demonstração do Superávit/Déficit - DSPS	100%	0%	0%
Demonstração do fluxo de caixa - DFC	100%	0%	0%
RELATÓRIOS NÃO OBRIGATORIOS	SIM	NÃO	DESCONHECE
Balanço social - BS	27%	59%	14%
Demonstração das mutações patrimoniais	0%	64%	36%
Demonstração de entradas e saídas	0%	73%	27%
Demonstração de saldos (caixa e banco)- DS	0%	68%	32%
Demonstração das aplicações financeiras	0%	77%	23%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme tabela acima, 73% dos respondentes fazem uso do balanço patrimonial, enquanto 27% não o utilizam. No que diz respeito ao demonstrativo de superávit/déficit e a demonstração do fluxo de caixa 100% das entidades da amostra se utilizam desses relatórios para a demonstração das suas contas. Em relação ao balanço social, 27% dos entrevistados fazem uso do mesmo, enquanto 59% da amostra conhece esse demonstrativo, porém não o utilizam, e 14% das entidades o desconhecem, nem sabendo do que se trata.

Existem algumas outras demonstrações que para as entidades de terceiro setor não são de uso obrigatório, porém fica a critério de cada entidade. A demonstração das mutações patrimoniais, por exemplo, 64% dos respondentes sabem do que se trata e qual sua finalidade porém não a utilizam, e 36% da amostra desconhecem a demonstração. Da amostra 73% dos respondentes não utilizam a demonstração de entradas e saída, porém a conhecem, e 27% da amostra a desconhecem. Existe outro relatório que também não é obrigatório ao terceiro setor, mas que pode ser utilizado que é a demonstração de saldos (caixa e banco) em que 68% dos respondentes não se utilizam, mas a conhecem e 32% desconhecem totalmente. Dos respondentes 77% sabem do que se trata e qual a finalidade das demonstrações das aplicações financeiras porém não a utilizam enquanto 23% nem a conhecem.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo o estudo das entidades sem fins lucrativos a fim de se saber se as mesmas se utilizam da contabilidade como ferramenta de prestação de contas e auxílio na gestão. Para se alcançar os resultados obtidos foi feito uma pesquisa através de questionários na qual podemos concluir que das entidades estudadas todas se utilizam da contabilidade na sua gestão.

Podendo-se concluir que das entidades estudadas todas consideraram a contabilidade como ferramenta de gestão ou como auxílio na prestação de contas, que as entidades da amostra se utilizam de algum tipo de sistema para controle seja ele o mais simples como controles e tabelas feito manualmente ao mais complexo como as entidades que se utilizam de sistemas integrados de dados. Que mais da metade das entidades 61%, realizam um planejamento econômico e financeiro, 44% da amostra se utiliza dos dados da contabilidade e outros relatórios para realiza-lo. Em relação a serviços auxiliares como, por exemplo, as consultorias contábeis, jurídicas e empresarial uma média de 41 (quarenta e uma) das entidades da amostra nunca a utilizaram. O meio de comunicação mais utilizado para divulgar sua transparência quanto à prestação de contas é o quadro de avisos da entidade o qual fica a disposição de quem queira ver. E o maior motivo que leva as entidades a prestar contas é o atendimento de normas sejam elas internas ou externas. Cerca de 70% das entidades se utilizam de um escritório contábil terceirizado para a realização da sua escrituração contábil. Para 46% da amostra as informações contábeis geradas pela escrituração são utilizadas para meios fiscais e burocráticos, 48% das entidades da amostra servem como forma de prestação de contas aos seus doadores e financiadores. No que diz respeito aos relatórios contábeis apresentados pelas entidades, toda a amostra apresenta os relatórios que são obrigatórios como balanço patrimonial (Social), demonstração do superávit/déficit e a demonstração do fluxo de caixa.

Desta forma o presente trabalho vem a contribuir com as entidades sem fins lucrativos do município a fim de terem um maior entendimento de como a contabilidade e seus demonstrativos exercem um dos papeis fundamentais na hora de prestar contas ou na hora

de dar suporte na gestão. Posteriores estudos podem agregar conhecimento prático e teórico a respeito do assunto

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação noções praticas**. 5. ed. São Paulo: atlas,2002

BAPTISTA, Rozália Del Gáudio Soares. **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL.Lei 11.638/07. **Altera e revoga dispositivos das leis nº6.404/76 e nº 6.385/76,e estende as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

CASAS, Lucy de Las; LLOYD, Robert. **NGO self-regulation: enforcing anda balancing accountability**. Disponível em: <www.ngoregnet.org. >. Acesso em: 08 de jun de 2016.

COAN, Fernanda Mosseline Josende; MEGIER, Ivanir Helena. **A contabilidade no terceiro setor: Instrumento de transparência social**. Sinop, 2010.

Conselho Nacional de contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC,2004.

COSTA, Claudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. 2001.

CUNHA, Hélio Ponce. **Gestão estratégica aplicada em organizações do terceiro setor: uma mudança paradigma**. Feira de Santana, 2008.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo, 1999.152p. Dissertação (Mestrado em controladoria e contabilidade) - Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de são Paulo, 1999.

FRANÇA, Robério Dantas de. **Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das igrejas batistas da grande João Pessoa** – PB. 2007. Dissertação (Programa de PósGraduação em Ciências Contábeis – Mestrado). João Pessoa: Universidade de Brasília/Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GARCIA, Francisco Antonio. **Terceiro setor: o que é e para onde caminha**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública - Administração para um Novo Estado). Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

IUDICÍBUS, Sergio, MARION; Jose Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução a teoria da contabilidade: Para o nível superior.** 5 ed. São Paulo. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **As entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor) e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas.** Artigo apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor).** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TAVARES, J.Q.O. **Terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais em busca da cidadania.** São Paulo: 2010.

THOMPSON, Andrés A. **Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SALOMON, Lester M. **Defining the nonprofit sector: A crossnational analysis. (Johns Hopkins nonprofit sector series: 4).** Manchester: Manchester University Press, 1997.

SANTOS, Arivoldo dos. **Demonstrações do valor adicionado: como elaborar e analisar DVA.** São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves; OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade do terceiro setor, uma abordagem operacional- aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica.** São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

Data recebimento do artigo: 18/11/2016

Data do aceite de publicação: 20/12/2016